

CONTEXTO JURÍDICO

Prática de atos dolosos na gestão de empresa exime seguradora de pagar indenização do seguro D&O

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento ao recurso de uma empresa que tentava obter para seus dirigentes a indenização de seguro D&O. O colegiado considerou o contrato de seguro nulo devido à prática de atos ilícitos dolosos e à prestação de informações falsas à seguradora. O seguro conhecido como D&O protege administradores de sociedades na hipótese de serem processados em ações de responsabilidade civil por atos de gestão causadores de prejuízos a terceiros. No caso analisado pela Terceira Turma, a empresa recorrente, que contratou o seguro para seus diretores, alegava que a condenação criminal de um deles não poderia prejudicar o direito dos demais à indenização securitária. Ao julgar a ação

de cobrança da indenização, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou o pedido da empresa por considerar que ela agiu de má-fé ao omitir, no questionário enviado à seguradora antes da assinatura do contrato, o fato de estar sob investigação da Securities and Exchange Commission (SEC) nos Estados Unidos - órgão similar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil. A corte estadual também levou em conta um acordo celebrado entre a empresa e a SEC, no qual foi reconhecida a ocorrência de ato que gerou lucro indevido para a companhia, além de condutas marcadas por desonestidade e infrações criminais; e a condenação ainda não definitiva de um ex-administrador por corrupção ativa em transação comercial internacional.

Relator apresenta ao Plenário do CNJ minuta de resolução que regula uso da IA no Judiciário

A minuta da norma que atualizará a Resolução CNJ n. 332/2020, que traça parâmetros que devem ser obedecidos para utilização da inteligência artificial (IA) pelos tribunais, foi apresentada ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) terça-feira (11/2).

Durante a 1.ª Sessão Ordinária de 2025, o conselheiro Luiz

Fernando Bandeira de Mello, relator do Ato Normativo 0000563 47.2025.2.00.0000, apresentou voto e destacou que, entre os aspectos abordados na resolução, está a previsão de que a participação e a supervisão humana aconteçam em todas as etapas dos ciclos de desenvolvimento e de utilização das soluções técnicas.

Barroso recomenda que tribunais deem aos advogados prerrogativa de barrar julgamentos virtuais

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), recomendou, terça-feira, 11, que os Tribunais de Justiça dos Estados concedam aos advogados a prerrogativa de pedir destaque nos julgamentos virtuais. O pedido de destaque transfere a votação ao plenário físico.

Barroso se reuniu mais cedo com Beto Simonetti, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e com os dirigentes das seccionais da OAB. A recomendação do ministro marca um recuo no posicionamento do CNJ, que até aqui se manteve impassível aos apelos da advocacia em torno do plenário virtual.

“Gostaria de dizer, a pedido da OAB, mas com o meu acordo e a minha recomendação, que os Estados que já permitiam que o simples pedido do advogado levasse à sustentação oral não voltassem atrás desse modelo. A sustentação oral só deve ser feita por gravação onde a sustentação presencial crie uma tal disfuncionalidade para o tribunal que isso seja imperativo”, disse Barroso no plenário do CNJ.

Os julgamentos virtuais são assíncronos, ou seja, ao contrário das sessões presenciais e por videoconferência, eles não ocorrem em tempo real. Também não há debate entre os magistrados.

(Foto: EBC)



A recomendação de Barroso marca um recuo no posicionamento do CNJ, que até aqui se manteve impassível aos apelos da advocacia em torno do plenário virtual.

A sessão fica aberta para receber os votos ao longo de uma semana e cada juiz registra seu posicionamento no sistema digital quando achar mais conveniente.

O modelo foi criado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2007. Inicialmente, era usado apenas para decidir os recursos que seriam levados ao plenário físico no regime repercussão geral - quando a decisão do STF vale como diretriz para todos os

juizes e tribunais do País -, mas ganhou tração com o tempo, sobretudo a partir da pandemia da covid-19, impulsionado pelo ministro Dias Toffoli, na época presidente do Supremo. Hoje, a maioria das decisões do tribunal (mais de 90%) é tomada no ambiente virtual.

O plenário virtual se tornou a grande aposta do CNJ para desafogar o plenário físico dos tribunais e reduzir a fila

de processos. Os conselheiros aprovaram no ano passado uma resolução para regulamentar o modelo. Segundo o ato normativo, os magistrados podem solicitar a mudança do ambiente de votação, sem restrições. No caso dos advogados, é diferente. Eles também podem apresentar o requerimento, mas o pedido depende do aval do relator do processo, ou seja, não há garantias de que será atendido.

PUBLICIDADE LEGAL

BROOKFIELD BRASIL SP PARTICIPAÇÕES 003 S.A.

CNPJ/MF nº 14.568.488/0001-50, NIRE 33300593171
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de Maio de 2023
(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76)
Data, Hora e Local: Aos 15 (quinze) dias do mês de maio de 2023, às 12h, na sede da Brookfield Brasil SP Participações 003 S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, WT Morumbi, Ala B, 11º e 20º andares, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, São Paulo, SP.
Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** **Presidente:** Paulo Cesar Carvalho Garcia; e **Secretário:** Thiago Tostes de Araújo Duarte. **Ordem do Dia:** **Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) Destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c) Reeleger os membros da Diretoria; e d) Fixar a remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023. **Assembleia Geral Extraordinária:** e) Rerratificação do item "iv" aprovado da ata de constituição da Companhia para fixar o prazo de gestão dos Diretores eleitos na ata de assembleia geral de constituição da Companhia; e f) Alteração do Artigo 12 do Estatuto Social, para inclusão do novo parágrafo primeiro, e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, pelo voto favorável da totalidade dos acionistas da Companhia, deliberou-se: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovar, sem qualquer reserva, emenda ou ressalva, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Anexo I). 2. Aprovar a não distribuição de lucros aos acionistas, eis que a Companhia não exerceu quaisquer atividades no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. 3. Ato contínuo, reeleger como membros da Diretoria da Companhia, com prazo de gestão até a realização da assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício de 2023, o Sr. **Henrique Casalsade Martins**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 10275943, expedida pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 075.362.237-81; o Sr. **Esteban Fornasar**, argentino, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº V060202-6, expedida pelo SE/DPMF/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.759.247-67; e o Sr. **Paulo Cesar Carvalho Garcia**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 75.578 e no CPF/MF sob o nº 946.708.897-53, todos com endereço profissional na sede da Companhia, os quais foram empossados no cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse e desimpedimento. 3.1. Os Diretores reeleitos declararam, para fins do disposto no artigo 147 da Lei 6.404/76, que não estão impedidos por lei especial e que não estão sujeitos a qualquer restrição legal, visto que não foram sido condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 4. Fixar a remuneração anual global da Diretoria, para o exercício de 2023, em até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **Assembleia Geral Extraordinária:** 5. Rerratificar o ato arquivado sob o protocolo nº 0598262222, em sessão do dia 27 de maio de 2022, qual seja, a ata de assembleia geral de constituição da Companhia, celebrada em 20 de abril de 2022, de modo a fazer constar o prazo de gestão dos Diretores eleitos para o exercício de 2023, de modo que não seja o item "iv", **onde se lê:** "para um prazo de gestão indeterminado contado a partir da presente data", **deve-se ler:** "com prazo de gestão até a realização da assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício de 2022". 5.1. Em razão da rerratificação aprovada no item acima, incluir o novo Parágrafo Primeiro ao Artigo 12, do Estatuto Social da Companhia, conforme redação abaixo: "1. [...] Parágrafo Primeiro - Os Diretores serão eleitos, e destituídos a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, no primeiro ano, sendo permitida a reeleição, e permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até serem empossados os seus sucessores." 6. Em consequência, aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa vigorar conforme "Anexo II" a presente ata. 7. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa: **Presidente, Paulo Cesar Carvalho Garcia**, e **Secretário, Thiago Tostes de Araújo Duarte**; **Atornistas: Brookfield Brasil Ltda. e Brookfield Participações Ltda.** São Paulo, 15 de abril de 2023. **Thiago Tostes de Araújo Duarte** - Secretário. JUCESP nº 234.324/23-5 em 06/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração** - Artigo 1º - A Brookfield Brasil SP Participações 003 S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações e se regerá pelo presente Estatuto Social, pelos dispositivos contidos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou participante. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, WT Morumbi, Ala B, 11º e 20º andares, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação de sua Diretoria. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social** - Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - A Companhia poderá adquirir as próprias ações mediante autorização da Assembleia Geral, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação. Parágrafo Terceiro - Os aumentos de capital da Companhia poderão compreender ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe. Parágrafo Quarto - Os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do número de ações que possuírem, cabendo à Assembleia Geral fixar o prazo para a referida subscrição, que será no mínimo de 30 (trinta) dias contados da primeira publicação do "Aviso aos Acionistas" no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação, o qual será publicado por três vezes consecutivas. Artigo 6º - As ações são indivisíveis perante a Companhia e poderão ser representadas por títulos múltiplos ou cauteles. **Capítulo III - Assembleia Geral** - Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas, observadas, em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto. Artigo 8º - É da competência da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias, além de outras previstas em lei: a) alteração do estatuto social; b) transformação, fusão, incorporação e cisão ou qualquer outra forma de reestruturação societária; c) requerimento de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Companhia; d) dissolução, liquidação e extinção; e) qualquer aumento ou redução do capital social, desdobramento, grupamento, resgate ou aquisição de ações emitidas, e a emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários; f) fixar a remuneração da Diretoria e aprovar qualquer plano de compensação e benefícios aos Diretores, bem como quaisquer alterações subsequentes a tais documentos; e g) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas. Artigo 9º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á com a antecedência prevista em lei

mediante convites pessoais dirigidos aos acionistas e através de anúncios publicados pela imprensa, e deles deverá constar a ordem do dia, ainda que sumariamente, bem como o dia, a hora e o local da reunião, que deverá ser na sede da Companhia, salvo motivo de força maior, quando os anúncios indicarem, com clareza, o lugar da reunião que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da cidade onde a Companhia tiver a sua sede. Artigo 10 - A Assembleia Geral será convocada e instalada por qualquer Diretor da Companhia, cabendo à Assembleia Geral escolher o presidente e o secretário para comporem a mesa que dirigirá os trabalhos. Artigo 11 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV - Administração** - Artigo 12 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos sem designação específica. Parágrafo Primeiro - Os Diretores serão eleitos, e destituídos a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até serem empossados os seus sucessores. Parágrafo Segundo - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria, como colegiado, indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria. Parágrafo Terceiro - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, em suas funções. Parágrafo Quarto - Os membros da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão. Parágrafo Quinto - A Assembleia Geral determinará o valor da remuneração global anual dos membros da Diretoria, cabendo a esta distribuí-la entre seus membros. Artigo 13 - A Diretoria administrará a Companhia com plenos poderes, em conformidade com as leis vigentes e com o presente Estatuto Social, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia que não sejam de competência da Assembleia Geral, cabendo-lhe fazer cumprir as leis, o Estatuto Social e as determinações da Assembleia Geral. Artigo 14 - Compete à Diretoria, como colegiado: a) cumprir o disposto neste Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; b) deliberar sobre a abertura, mudança, encerramento ou alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia, em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais; c) submeter à apreciação da Assembleia Geral deliberação sobre as matérias listadas no artigo 8º deste Estatuto Social; d) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes; e) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao lucro líquido apurado em cada exercício; f) elaborar e propor, à Assembleia Geral, os orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia; g) escolher e nomear auditores independentes; e h) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral. Artigo 15 - Qualquer Diretor poderá convocar e presidir as reuniões de Diretoria, que deliberará por maioria absoluta de votos, sendo que as deliberações constarão de atas lavradas no livro próprio da Companhia. Artigo 16 - Os atos que importem em assunção de obrigações pela Companhia ou na execução de obrigações para a Companhia, não serão válidos se não forem autorizados, (i) por dois Diretores em conjunto; ou (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) por dois procuradores em conjunto. Parágrafo Primeiro - Os procuradores serão constituídos mediante instrumento de mandato outorgado pela Companhia, representada: (a) por dois Diretores em conjunto; ou (b) por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos para tanto. Os instrumentos de mandato deverão especificar o prazo de validade das obrigações para a Companhia, que não excederá a um ano, salvo nos mandatos judiciais, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado. Parágrafo Segundo - Em caráter excepcional, a Companhia pode ser representada por um único Diretor ou um único procurador, desde que haja, no caso específico, autorização expressa da Diretoria. Parágrafo Terceiro - A Companhia poderá ser representada, ainda, por um procurador, agindo isoladamente, em Juízo. **Capítulo V - Conselho Fiscal** - Artigo 17 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, cuja composição será determinada pela Assembleia Geral, sendo permanente, que será instalado quando solicitado por acionistas, na forma da Lei. Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. Parágrafo Segundo - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação. Parágrafo Terceiro - No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos membros do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente. Parágrafo Quarto - Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com base na prerrogativa do artigo 163, V, da Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal. Artigo 18 - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, reunir-se-á sempre que seus membros julgarem necessário, sempre que houver distribuição de dividendos intermédios ou, no mínimo, para pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas. Parágrafo Segundo - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observados os ditames legais. Artigo 22 - A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Artigo 23 - As demonstrações financeiras da Companhia serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Capítulo VII - Dissolução, Liquidação e Extinção** - Artigo 24 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo Único - A Assembleia Geral nomeará o liquidante, determinará o modo de liquidação da Companhia e elegerá o Conselho Fiscal, que somente funcionará durante o período de liquidação caso solicitado pelos acionistas. **Capítulo VIII - Disposição Geral** - Artigo 25 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral. Artigo 26 - É dever dos administradores e acionistas conduzir ou fazer conduzir as atividades sociais de acordo com os mais altos padrões de honestidade, integridade e ética, mediante o estrito cumprimento da legislação aplicável, assim como das normas e exigências constantes das políticas internas da Companhia, incluindo seu Código de Conduta Ética Profissional. **Visto do Advogado Responsável:** Nome: Thiago Tostes de Araújo Duarte - OAB/RJ nº: 184.014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.369/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 18.480/2024
O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO SINE DIE da realização da sessão pública e a recepção das propostas da licitação supra, que tem por objeto a "PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO (BOX) A TÍTULO PRECÁRIO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (COMERCIALIZAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, VESTUÁRIOS, ELETRÔNICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS), LOCALIZADOS NO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO", que ocorreria no dia 27 de fevereiro de 2025 às 08h31min, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLI), tendo em vista a necessidade de adequações.
Araçatuba, 12 de fevereiro de 2025.
OSIEL ARCANJELO - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CÂMARA MUNICIPAL DE JUQUIÁ

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 - PROCESSO Nº 05/2025
A CÂMARA MUNICIPAL DE JUQUIÁ torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 26/02/2025, às 09:00h, Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2025, para aquisição de aparelhos de ar-condicionado, conforme Edital e Anexos. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo no site oficial da Câmara Municipal de Juquiá, no endereço eletrônico www.camarajuquia.sp.gov.br e e-mail compras@camarajuquia.sp.gov.br, ou presencialmente na Rua Martins Coelho nº 96, Centro, Juquiá/SP, telefone (13) 3844 1552, no horário das 8:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h de segunda a sexta. Recebimento das propostas na forma eletrônica até às 08:00h do dia 26 de fevereiro de 2025 no endereço eletrônico www.novobmnet.com.br.
Juquiá/SP, 12 de fevereiro de 2025.
José Antonio Freire - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo
Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 19/2025 - Processo Administrativo n.º 10.226/2024 - Endereço Eletrônico: <https://licita.vinhedo.presconinformatica.com.br> - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS, CONFORME EDITAL E ANEXOS". O início do recebimento de propostas eletrônicas será do 13 de fevereiro de 2025 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico <https://licita.vinhedo.presconinformatica.com.br>, dia 27 de fevereiro de 2025 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

ABANDONO DE EMPREGO

"Ao senhor Vitoria Santos De Lima portador da CTPS 53738618805/SP tendo V. Sª deixado de comparecer ao trabalho a mais de 30 dias sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente notificá-lo, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 02 dias, a contar da publicação deste, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, no mesmo prazo, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sª demitido por abandono do emprego, na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis de Trabalho.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90008/2025-DRS.XV
Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto - DRS.XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00115950/2024-36, objetivando a compra e "Medicamentos" - Entrega Imediata, para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90008/2025-DRS.XV, será no dia 26/02/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.
As informações estarão disponíveis nos sítios <http://www.e-negociospublicos.com.br> e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90009/2025-DRS.XV
Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto - DRS.XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00091667/2024-10, objetivando a compra e "Medicamento" - Entrega Imediata, para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90009/2025-DRS.XV, será no dia 28/02/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.
As informações estarão disponíveis nos sítios <http://www.e-negociospublicos.com.br> e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90013/2025-DRS.XV
Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto - DRS.XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00090803/2024-46, objetivando a compra e "MEDICAMENTOS" - Entrega Imediata, para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV. A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90013/2025-DRS.XV, será no dia 26/02/2025, a partir das 14h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.
As informações estarão disponíveis nos sítios <http://www.e-negociospublicos.com.br> e www.compras.sp.gov.br

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Leia e assine:
5584-0035

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E ARTESANATO PARA UTILIZAÇÃO EM OFICINAS TERAPÊUTICAS. Data e hora limite para credenciamento e recebimento das propostas: 26/02/2025 às 08h30min. Início da disputa da etapa de lances: 26/02/2025 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio <https://transparencia-paulinia.smarapp.com.br/#/dinamico/licitacoes/Licitacoes> ou <https://bnccompras.com/Home/Login>.

Paulínia, 12 de fevereiro de 2025.
Danilo Barros - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 029/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL (PROPOSTA DE MARCA, MANUAL DE USO E APLICAÇÕES) DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 11/02/2025 das 8:00h até 18/02/2025 às 8:00h. PERÍODO DE LANCES: 6 (seis) horas - 18/02/2025 das 8:30h às 14:30h. PROCESSAMENTO: Plataforma BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL - <https://bllcompras.com>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS RADIOFÔNICOS (SPOTS) PARA FINS DE PUBLICIDADE SOBRE AS AÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 11/02/2025 das 8:00h até 18/02/2025 às 8:00h. PERÍODO DE LANCES: 6 (seis) horas - 18/02/2025 das 8:30h às 14:30h. PROCESSAMENTO: Plataforma BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL - <https://bllcompras.com>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/25
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO COM ENTREGA IMEDIATA, PARCELADA COM FORNECIMENTO DE APARELHO EM COMODATO. Edital disponível em <http://www.saojoao.sp.gov.br>. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 27/02/2025 às 09h00min.

